

Julieta Leite 

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano / UFPE
julieta.leite@ufpe.br

A COMPONENTE CIDADÃ NA CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM ATRAVÉS DOS IMAGINÁRIOS URBANOS

Resumo

Este artigo apresenta e discute uma proposta metodológica, no campo da Arquitetura e Urbanismo, para a abordagem dos bens patrimoniais a partir da integração dos imaginários urbanos. A pesquisa toma como foco a componente cidadã na atribuição de valor patrimonial, considerando as formas pelas quais os habitantes vivenciam, representam e significam os lugares. Ressalta-se, assim, a importância dos elementos materiais, culturais, simbólicos e afetivos na manutenção da memória local e na construção do sentido de coletividade. Entende-se por imaginário o conjunto de imagens, narrativas, práticas e representações que orientam os processos de construção de significados no seio de uma comunidade. O estudo discute o quadro epistemológico que fundamenta a proposta e apresenta o experimento realizado na Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural da Praça da Várzea, no Recife. A proposta visa integrar moradores e atores locais ao processo de reconhecimento do valor patrimonial, oferecendo um caminho metodológico para formas de conservação articuladas às dinâmicas socioespaciais e aos sentidos atribuídos ao território vivido, para além das abordagens exclusivamente técnicas e especializadas.

Palavras-chave: cidade; patrimônio; imaginários urbanos.

THE CIVIC DIMENSION OF HERITAGE CONSERVATION: A METHODOLOGICAL APPROACH THROUGH URBAN IMAGINARIES

Abstract

This article presents and discusses a methodological proposal, within the field of Architecture and Urbanism, for approaching heritage assets through the integration of urban imaginaries. The research focuses on the civic dimension involved in the attribution of heritage value, considering the ways in which inhabitants experience, represent, and give meaning to places. It therefore emphasizes the importance of material, cultural, symbolic, and affective elements in preserving local memory and in shaping a sense of collectivity. Imaginary is understood here as the set of images, narratives, practices, and representations that guide processes of meaning-making within a community. The study discusses the epistemological framework that supports the proposal and presents the field experiment carried out in the Special Zone for the Preservation of Historical and Cultural Heritage of Praça da Várzea, in Recife, Brazil. The proposal aims to integrate residents and local actors into the process of recognizing heritage value, offering a methodological path toward forms of conservation connected to socio-spatial dynamics and to the meanings attributed to lived territory, beyond exclusively technical and specialized approaches.

Keywords: city; heritage; urban imaginaries.

INTRODUÇÃO

A discussão e a proposta aqui apresentadas resultam de uma pesquisa realizada durante os anos de 2023 e 2024 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE. O objetivo geral da pesquisa foi oferecer um caminho de reflexão no campo da Arquitetura e Urbanismo para a abordagem dos bens patrimoniais por meio da integração dos imaginários urbanos. Trata-se também da elaboração de uma proposta de integração dos atores locais no processo de reconhecimento do valor do patrimônio, e não apenas dos especialistas.

O termo Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) é aplicado em 1996 pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) do Recife para classificar determinadas áreas da cidade, incorporando valores provenientes da dimensão imaterial e natural, incluindo a paisagem (RECIFE, 1996). As ZEPH são definidas como áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do município.

Essas áreas são reconhecidas por diferentes fatores, como: a referência histórico-cultural; a importância para a preservação da paisagem e da memória urbana; a importância para a manutenção da identidade do bairro; o valor estético formal ou de uso social, relacionado com a significação para a coletividade; a representatividade da memória arquitetônica, paisagística e urbanística dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX; o tombamento pelo estado de Pernambuco; o tombamento pela União (DPPC, 2020).

Dessa forma, as ZEPH são áreas de grande importância para o Recife, uma vez que ajudam na manutenção da memória local e na construção do sentido de coletividade entre os habitantes dessas áreas, por meio da participação em um território comum (pertencimento) e dos processos de representação coletiva (identificação). Justifica-se, assim, a necessidade de compreender como essas áreas, em suas estruturas materiais e imateriais, são apropriadas pelos cidadãos. Nesta pesquisa, essa abordagem é feita por meio dos imaginários urbanos, considerando-os como uma forma de representação e expressão coletivas dos habitantes dos lugares.

Partimos do entendimento de que a função simbólica¹ do espaço é reveladora de significados que integram os processos de interação, pertencimento e identificação no seio de determinado grupo social. Daí a relevância em se estudar os aspectos tangíveis e intangíveis que participam das formas de apropriação e de representação do espaço, ou seja, do seu imaginário.

Compreendemos o imaginário dentro de uma perspectiva antropológica e filosófica, como uma produção histórica e cultural de determinado grupo social. Portador de sentidos e significados, o imaginário também tem uma função cognitiva. Essa acepção é posta por Gilbert Durand (1989, p. 14) na definição do imaginário como “o conjunto de imagens e de relações de imagens que constitui o capital pensado do *Homo sapiens* [...] o grande denominador fundamental onde se vêm organizar todas as criações do pensamento humano”. O imaginário está intimamente ligado ao nosso cotidiano como uma camada estruturante, a partir da qual nós vivemos, sentimos, pensamos e existimos. Ele constitui o importante substrato da vida mental da humanidade (Durand, 1994).

Existe uma série de fenômenos que fazem parte dos processos de construção compartilhada de sentidos, nos quais operam figuras simbólicas, estruturas de pensamento, memórias coletivas, formas arquetípicas, entre outros elementos que participam da construção e reconstrução do imaginário coletivo. O imaginário urbano, que é o que nos interessa aqui, refere-se a uma multiplicidade de fatos, narrativas e imagens associados ao espaço e à vida na cidade. Como coloca François Dosse (2013, p. 92), o imaginário incorpora “os gestos, as práticas, as artes de fazer e as narrativas do cotidiano que constituem os verdadeiros arquivos urbanos”. Enquanto elementos que exprimem a voz aos habitantes da cidade, o autor ressalta que tais narrativas podem ser compreendidas como instrumentos de disputa no contexto urbano, no qual cada indivíduo é portador de uma memória que constrói um sentido coletivo e uma densidade histórica de cada lugar.

Fica evidente, assim, que a reflexão acerca dos imaginários demanda uma contextualização do domínio sócio-histórico da população e do território aos

¹ O símbolo é uma representação portadora de sentido, um objeto sensível. Segundo Durand (1964), o símbolo é compreendido como um sinal de conhecimento que advém de um processo associativo, de integração, entre sentido e significante. A palavra *sinnbild* vem da conjunção *sinn* (sentido consciente) + *bild* (imagem). A primeira das funções do símbolo é a de significar algo. Uma segunda função é a reveladora: o símbolo aparece como a realidade visível (acessível aos cinco sentidos) que convida a descobrir realidades invisíveis.

quais se refere. Reportando-nos às áreas das ZEPH, torna-se necessário que a abordagem dos imaginários urbanos incorpore as devidas preocupações com os contextos socioculturais nos quais se inserem os bens patrimoniais, tanto em sua materialidade quanto imaterialidade. Daí a necessidade de um campo experimental da pesquisa, que foi desenvolvida na cidade do Recife, mais especificamente na ZEPH-07, da Praça da Várzea.

Ao tratar de imaginários patrimoniais, uma segunda reflexão se faz necessária, dessa vez no âmbito patrimonial. Observa-se que a análise e seleção dos bens do patrimônio mundial seguem os critérios definidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com base nos significados culturais e naturais (ICOMOS, 2005). No entanto, esse reconhecimento dos valores patrimoniais é realizado por um grupo restrito de especialistas atuantes no universo da conservação do patrimônio, e uma das principais críticas à lista do patrimônio mundial é que a maioria dos bens inscritos representa a cultura e a estética europeias.

Logo, entende-se que os valores em destaque *World Heritage List* (WHL) estariam em desequilíbrio, refletindo apenas um determinado contexto de objetos e sujeitos, e não a humanidade em sua diversidade e pluralidade. É necessário que os julgamentos quanto aos valores dos bens patrimoniais sejam feitos dentro dos contextos aos quais pertencem. Ainda, tratando-se de áreas patrimoniais urbanas, coloca-se a importância da sua conservação em suas dimensões material e subjetiva, e de maneira associada ao desenvolvimento local, pois, no caso das cidades brasileiras, a gestão desses bens fica a encargo dos municípios.

Partindo dessa discussão, a abordagem metodológica ora apresentada não se atém à ideia de descrição de um conjunto de regras ou procedimentos gerais para elaboração de um conhecimento acerca de determinado objeto – no nosso caso, dos bens patrimoniais urbanos. A ideia de método aqui empregada refere-se a uma maneira – ou uma fonte como nos propõe Edgar Morin (2005, 2015) – de elaborar uma postura crítica diante de uma realidade complexa, orientada à construção de um conhecimento interdisciplinar e inclusivo, situado no cotidiano. Tratando-se de imaginários urbanos, essa abordagem incorpora processos dinâmicos e distintos, próprios aos contextos socioculturais investigados.

Os procedimentos empregados na pesquisa se organizaram em torno de três etapas principais: a revisão de literatura de cunho teórico-conceitual, visando à definição de um quadro epistemológico; a identificação de casos para estudos; e o experimento de campo.

O levantamento de relatos de práticas de conservação patrimonial na perspectiva investigada – do patrimônio enquanto elemento simbólico-cultural, reconhecido pela coletividade que o habita – revelou poucos exemplos. Essa fase da pesquisa foi realizada em outubro de 2023, por meio de consulta presencial aos acervos do ICOMOS França, e nos arquivos da UNESCO, de forma online. Acredita-se que uma das razões para essa lacuna está na própria noção de patrimônio, por muito tempo difundida e praticada entre os principais agentes e instituições responsáveis pelo seu reconhecimento legal.

Por outro lado, dois fóruns de discussão aconteceram no Brasil durante a realização da pesquisa e trouxeram importantes contribuições. O primeiro deles foi o “Congresso Patrimônio Cultural: identidade e imaginários” (CPCidi2023), promovido em maio de 2023 pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAUUSP). Com o objetivo de reconhecer processos, elementos e valores das representações pelas quais grupos sociais se identificam com os bens patrimoniais, o congresso apresentou um rico debate sobre o Patrimônio Cultural no seu campo ampliado.

O segundo fórum aconteceu na ocasião do lançamento da “Declaração de Significância Cultural do Bairro do Recife - PE (ZEPH-09)”, em outubro 2023 (RECIFE, 2023). Elaborada pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) em parceria com o Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (Secretaria de Política Urbana e Licenciamento da Prefeitura da Cidade do Recife), a declaração corresponde a uma ação pioneira no Brasil, enquanto ação da gestão pública municipal em conjunto com a academia. A discussão apontou para a importância e os desafios no desenvolvimento de práticas patrimoniais que incorporam diversos atores sociais na formulação de diretrizes de reconhecimento e identificação dos bens.

Esses fóruns contribuíram, na construção da pesquisa, para formar uma postura mais reflexiva acerca da noção de patrimônio e para embasar uma proposta de práticas patrimoniais aberta às dinâmicas contemporâneas. A abordagem do patrimônio adotada orientou-se, assim, para uma proposta de

“Habitar o patrimônio” e “Habitar como patrimônio” com vistas a reconhecê-lo de maneira integrada aos imaginários urbanos.

Registra-se ainda a publicação de um dossiê da revista francesa *In Situ* (La participation [...], 2025), que aconteceu logo após a finalização da pesquisa, abordando o tema da participação da sociedade civil nas políticas patrimoniais. O dossiê ressalta que o tema ganhou evidência nos últimos anos, sobretudo após a realização de um estudo realizado pelo Ministério Francês da Cultura sobre o voluntariado e a participação da sociedade civil nas políticas patrimoniais (Ministère de la Culture, 2022).

Diante do exposto, na etapa da pesquisa voltada ao levantamento de casos para estudos, identificou-se que existe um reconhecimento da necessidade da participação civil nas políticas relacionadas a questões patrimoniais, mas esse campo ainda está a ser explorado e desenvolvido, sobretudo em suas vertentes empíricas. Por essa razão, vamos nos ater, neste artigo, à apresentação da definição do quadro epistemológico da pesquisa e ao experimento de campo.

DEFINIÇÃO DO QUADRO EPISTEMOLÓGICO

O quadro epistemológico da investigação tomou por base uma produção situada nos últimos 50 anos, que corresponde ao período de uma "Virada Emocional" nas ciências sociais e cognitivas (Kaufmann; Quéré, 2020). Por volta dos anos 1970, diante da rápida transformação das cidades, instaura-se uma produção teórico-crítica acerca das sociedades urbanas em que se incorporam aspectos subjetivos e imaginários da elaboração do espaço. Nesse sentido, podemos citar a *Poética da cidade*, de Pierre Sansot (1973); a obra *Passo a passo. Ensaio sobre o caminhar cotidiano no ambiente urbano*, de Jean-François Augoyard (1979); e o célebre livro de Michel de Certeau (1980) sobre a *Invenção do cotidiano*. François Dosse (2013), num texto que retoma as contribuições teóricas e epistemológicas desses autores, aponta para algumas pistas metodológicas para acessar os “verdadeiros arquivos urbanos”: caminhar; escutar a fala dos moradores; tomar a habitação como política de preservação dos lugares de memória; buscar na linguagem do imaginário urbano os gestos, as práticas, as artes de fazer e as narrativas do cotidiano.

No campo da arquitetura e do urbanismo e da geografia, nessa mesma época, emergem contribuições teóricas que apontam para uma perspectiva fenomenológica na abordagem do espaço e uma discussão em torno da ideia

de lugar. Como exemplo, podemos citar *O fenômeno do lugar*, texto do arquiteto Christian Norberg-Schulz (1976), e *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, do geógrafo Yi-Fu Tuan (1977).

A Arquitetura, frequentemente vista como uma disciplina técnica, encontra na pesquisa interdisciplinar um meio de expandir seus horizontes teóricos e metodológicos. Ao incorporar elementos dos estudos sobre imaginários, buscamos uma exploração mais profunda das dimensões subjetivas e simbólicas do espaço. Tais dimensões são, ainda, pouco exploradas na Teoria da Arquitetura e do Urbanismo e, mais ainda, nas Teorias do Patrimônio. Tal constatação apontou para a interdisciplinaridade como estratégia do conhecimento para diminuir as lacunas na abordagem da materialidade e da imaterialidade do ambiente construído. Colocou-se igualmente a necessidade de revisar conceitualmente a noção de patrimônio, a fim de encontrar formas críticas e reflexivas das práticas patrimoniais e operacionalizar o conceito de maneira responsiva, aberta às mudanças e transformações que vêm do próprio ato de habitar.

A abordagem do patrimônio foi, assim, orientada para uma proposta de “Habitar o patrimônio” (Gravari-Barbas, 2005) e “Habitar como patrimônio” (Gatta; Sotgia, 2020) buscando reconhecê-lo de maneira integrada aos imaginários urbanos. O patrimônio habitado corresponde à noção de que um território, uma prática, um edifício ou um objeto não podem ser patrimonializados sem considerar os imaginários individuais e coletivos que lhes estão associados. Michel Rautenberg (2024), em *Imaginários Patrimoniais*, situa essa discussão acerca da produção, apropriação e representação do espaço urbano, ancorado na antropologia e na sociologia. Já os trabalhos de Laurajane Smith (2021) apontaram para uma discussão acerca da noção de patrimônio dentro de um viés político, que incorpora tanto as qualidades afetivas quanto os processos pelos quais o patrimônio se torna um recurso de poder. Segundo a autora:

Todo patrimônio é intangível, na medida em que patrimônio é um momento ou um processo de (re)construção cultural e social de valores e sentidos. [...] É um processo, ou de fato uma performance, em que identificamos valores e sentidos culturais e sociais *que nos ajudam a dar sentido ao presente*, às nossas identidades e aos sentidos de lugar físico e social (Smith, 2021, p. 141, grifo nosso).

Dentro desse panorama teórico-crítico, firmou-se um quadro epistemológico (Figura 1), que embasou nossa proposta metodológica de abordagem das práticas sociais do espaço enquanto estruturadoras de um imaginário urbano,

tendo em vista os elementos e os lugares de forte carga simbólica, cultural e social (Leite, 2024). Por meio dessa abordagem, a proposta que aqui delineamos relativiza a necessidade de conservação do patrimônio enquanto algo fixo e imutável, uma vez que se trata de um patrimônio habitado – e nos interessam esses habitantes-cidadãos – e que habitar é também transformar cotidianamente um lugar às necessidades do presente.



Figura 1. Definição do entrecruzamento conceitual do quadro epistemológico da pesquisa.
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No quadro epistemológico, a categoria conceitual dos imaginários direciona a abordagem do espaço por meio dos seus atributos simbólicos, considerando as maneiras de apreender o tempo, o espaço, a sociedade e a nós mesmos. Essa categoria remete igualmente à camada espacial das representações sociais, que se molda e enriquece constantemente por meio de sedimentações e criações de imagens. Os imaginários patrimoniais constituem esse conjunto de imagens da cidade que são produzidas e transmitidas sobre um território comum, e que devem ser levadas em consideração quando se pretende analisar e compreender as transformações de uma determinada aglomeração urbana (Rautenberg, 2024). Eles acompanham igualmente uma lógica de transformação e nos permitem observar a maneira como as comunidades e os indivíduos percebem e interpretam seu ambiente, sua cultura e sua história.

Neles, se ancoram processos sociais, de negociação política, de subjetivação e de identidade.

Da definição do quadro epistemológico da pesquisa, derivaram-se também “pistas metodológicas”, entendidas como princípios de investigação do território no campo dos patrimônios urbanos. Esses princípios orientaram a escolha da ZEPH do Recife que serviu de base para o estudo e o reconhecimento dos bens patrimoniais, mantendo um equilíbrio entre reflexão, experiência e ação dentro da pesquisa. São eles: caminhar pelo território, habitar o patrimônio, interpretar os imaginários e reconhecer a escala do bairro.

Caminhar pelo território. É no ato de caminhar que se atualizam as enunciações dos pedestres e se revelam as microescritas do espaço urbano. Inspirado em Michel de Certeau (1980), esse gesto metodológico propõe não apenas caminhar, mas “seguir o caminhante na cidade”, acompanhando suas trajetórias, desvios e modos de apropriação, como forma de compreender o território pelas práticas e experiências do corpo em movimento.

Habitar o patrimônio. Habitar tece, para cada lugar, um patrimônio de usos que se manifesta nas formas de presença, nos gestos, nas histórias e nas transformações dos espaços. Conforme propõe Nicolas Tixier (2020), habitar implica compreender o patrimônio não como objeto fixo, mas como processo vivo, tecido nas práticas cotidianas e nas memórias que se inscrevem nos lugares.

Interpretar os imaginários. Os imaginários constituem verdadeiros arquivos urbanos: são eles que revelam as múltiplas temporalidades, culturas e ritmos de vida que atravessam a cidade. Superando a visão funcionalista do urbano, essa pista propõe uma leitura guiada pelas formas sensíveis da cidade – pelos ambientes, pelas qualidades perceptivas e pelas narrativas dos que a habitam. Os imaginários, assim, evocam uma linguagem viva e encarnada, permitindo compreender o que a cidade significa para seus habitantes.

Compreender o patrimônio na escala do bairro. O bairro é, simultaneamente, um objeto de conhecimento e um lugar de reconhecimento. Ele é, aqui, compreendido como a escala das práticas cotidianas, que revela os modos de apropriação do espaço e funciona como território intermediário entre o íntimo e o coletivo, entre o próximo e o distante. Trabalhar na escala do bairro permite compreender as dinâmicas socioespaciais do patrimônio como parte das experiências cotidianas e das identidades locais.

EXPERIMENTO DE CAMPO

A ZEPH no Recife onde se realizou o experimento de campo foi a da Praça da Várzea (oficialmente denominada Praça Pinto Damaso) e seu entorno, classificada à época como ZEPH-07. A justificativa de escolha desse recorte deve-se ao fato de ele corresponder às categorias levantadas no quadro epistemológico da pesquisa (ser um patrimônio habitado, lugar de práticas cotidianas, vivenciado pelo caminhar e com forte noção da escala do bairro), mas também por ele se configurar um relevante núcleo urbano remanescente do período colonial do Recife. Esse recorte territorial resguarda, na sua paisagem urbana e nas formas de ocupação e no uso do solo atuais, registros e fragmentos que configuram ambiências significativas para a memória e identidade próprias do lugar.

A ocupação da área de estudo, as várzeas do Capibaribe, remonta ao século XVI, quando a historiografia aponta registros de engenhos situados próximos às bordas do Rio Capibaribe, integrando o ciclo da cana-de-açúcar. Desses engenhos e moinhos, gradualmente foram se originando núcleos produtivos e arruados, formando vilas e povoados. No final do século XVIII e ao longo do século XIX surgem novas tipologias arquitetônicas às margens do rio, como chácaras, sítios e casarões de veraneio da elite social que queria se distanciar do centro urbano, buscando refúgios bucólicos no subúrbio. O bairro ainda guarda alguns exemplares arquitetônicos desse período, daí o seu reconhecimento como ZEPH (Figura 2).



Figuras 2 e 3. Igreja Nossa Sra. do Rosário, na Várzea (esquerda) e Praça Pinto Dâmaso (praça da Várzea) (direita).

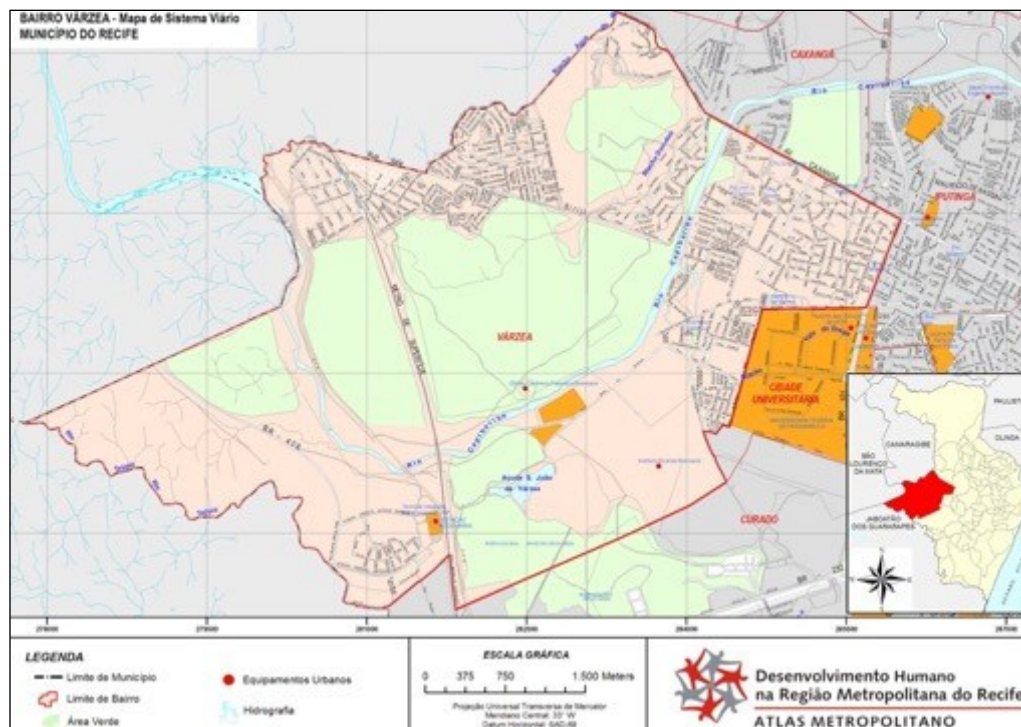
Fonte: Acervo da pesquisa, por Paulo Trajano, 2024.

Atualmente, a Várzea é um bairro residencial onde vivem 70 mil pessoas, com área de 2.255 hectares (22,5 km²), sendo o segundo maior bairro do município, com boa parte de seu território recoberto pela Mata Atlântica. Trata-se de um bairro ocupado predominantemente pelas classes média e baixa e que, devido à formação de um núcleo residencial bastante populoso, tem forte atividade do comércio e dos serviços locais. A praça da Várzea (Figura 3) é o principal

espaço público do bairro, sendo o palco da atividade social e cotidiana dos moradores. Além disso, o bairro (Figura 4) vem sofrendo com o adensamento construtivo e a mudança da sua paisagem, devido à implantação de edifícios multifamiliares em altura e condomínios habitacionais. Daí a necessidade de se discutir seu reconhecimento como zona patrimonial e sua conservação.

Figura 4. Mapa do bairro da Várzea, onde se observa o rio Capibaribe e a expressiva presença de área verde. No canto inferior direito da imagem, o recorte apresenta a localização do bairro na cidade do Recife.

Fonte: Prefeitura da cidade do Recife. <https://www2.recife.pe.gov.br>. Acesso em: 4 nov.



Do ponto de vista institucional, a ZEPH-07 corresponde ao “Sítio Histórico da Praça da Várzea e seu entorno” (RECIFE, 1996), estendendo-se por uma pequena área delimitada pela Estrada da Levada e pela Rua João Francisco Lisboa. Ela considera a área de povoamento que remonta ao século XVI e busca proteger a ambiência e conjuntos arquitetônicos do entorno da praça, incluindo edificações significativas como o casarão onde funcionou o antigo Hospital Magitot, conhecido hoje como Casarão da Várzea.

A primeira etapa do experimento de campo consistiu no levantamento de dados que permitiram a caracterização físico-espacial e social da área de estudo. Nela, foram reunidos materiais iconográficos e bibliográficos sobre o bairro, incluindo fotografias, desenhos, publicações, leis e mapas históricos. O levantamento iconográfico veio a compor um conjunto de imagens acerca do lugar e seus habitantes ao longo da história, enquanto elementos que compõem o imaginário urbano do bairro (ver Figura 5).

O levantamento físico-espacial do estado atual se fez também por meio de cartografias da área de estudo (a ZEPH-07 e seu entorno), considerando, por exemplo, o parcelamento e uso do solo; a relação entre cheios e vazios; a distribuição da cobertura vegetal; as tipologias construtivas predominantes; e a distribuição dos espaços públicos e privados.



Figura 5. Montagem sobre *Planta da cidade do Recife e seus Arredores*, 1870, de Menezes (1988): fotografia da Praça Pinto Damasco, Várzea, 1935 (MCR); ilustração da Praça da Várzea, em *Além da margem. Um catálogo de artistas varzeanos* (UFPE, 2019); *Vista de Caxangá, Pernambuco*, desenho de L. Schlappriz, IMS; polígono de tombamento da ZEPH-07 (PCR, 1996); xilogravura em *Lendas e aparições do bairro da Várzea* (Neafi, UFPE, 2020).
Fonte: Acervo da pesquisa. Montagem elaborada pela autora, 2025.

Numa segunda etapa, realizou-se um levantamento de informações acerca do bairro e de sua história nas redes sociais (YouTube, TikTok, Facebook e Instagram), a fim de identificar elementos de representação e da memória

coletiva. Esse levantamento deu origem a uma Cartografia Afetiva (Figuras 6 e 7), na qual se registraram histórias, festividades, lugares de afeto e de memórias coletivas no bairro da Várzea.



Figura 6. Elementos da memória coletiva levantados nas redes sociais, mapeados na Cartografia Afetiva.

Fonte: Acervo da pesquisa, elaborado por Paulo Trajano, 2024.

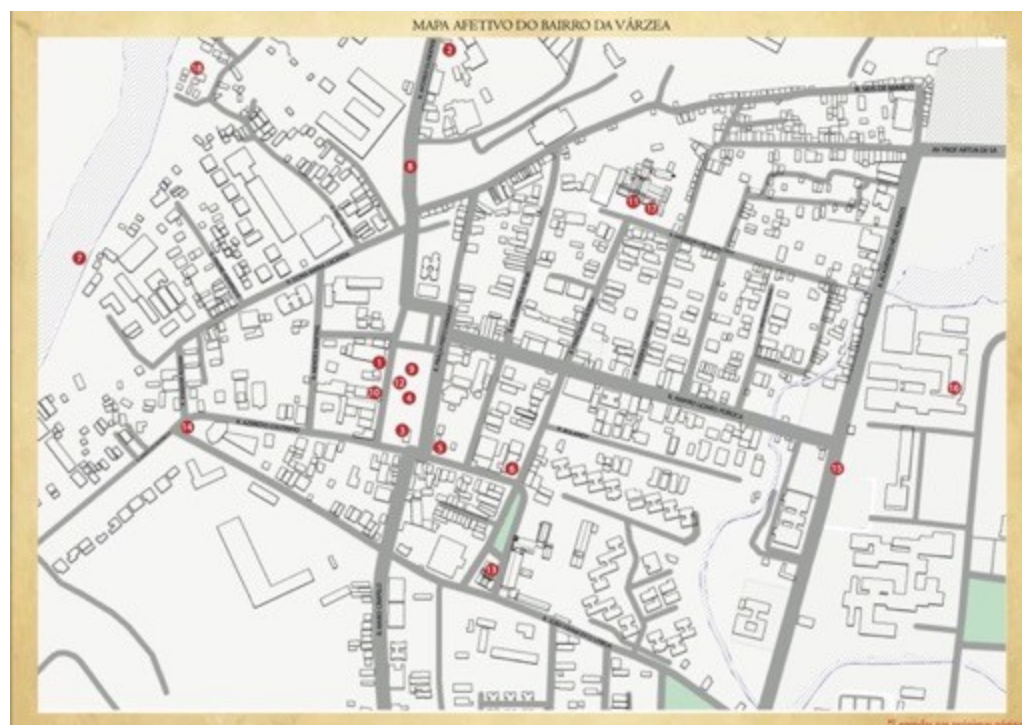


Figura 7. Cartografia Afetiva, onde se localizam os elementos da memória coletiva levantados nas redes sociais.

Fonte: Acervo da pesquisa, elaborado por Paulo Trajano, 2024.

A terceira etapa do experimento consistiu na realização de entrevistas² com os moradores, por meio da aplicação do *Arquétipo Teste do Lugar com nove elementos* (ATL-9). A relevância do método, aplicado ao estudo de uma área urbana patrimonial, já havia sido confirmada na realização do “Workshop Imaginários Urbanos”, no ano de 2016, cujo território de investigação situava-se no bairro da Boa Vista (ZEPH 8), no Recife³. O ATL-9 é uma adaptação do método AT-9, o *Arquétipo Teste de nove elementos*, de Yves Durand; ele foi elaborado pela antropóloga Danielle Perin Rocha-Pitta, visando auxiliar o conhecimento da estrutura de organização socioespacial de um grupo de moradores de uma favela no Recife (Rocha-Pitta, 1998).

Os procedimentos metodológicos do ATL-9 são estruturados em cinco partes: primeiramente, determina-se uma amostra significativa de população interessada (composta por moradores da localidade estudada); em seguida, preparam-se os mapas do bairro com nome de ruas ou indicação de locais públicos, para que o indivíduo entrevistado se situe no mapa. A terceira parte consiste na aplicação de um questionário clássico de sociologia, que permite reconhecer o perfil social do entrevistado.

Na quarta parte, solicita-se ao indivíduo que desenhe nove arquétipos no mapa. Trata-se dos nove arquétipos do teste de Yves Durand: o monstro devorador, a queda, a espada, o refúgio, o elemento cíclico, o personagem, a água, o animal e o fogo. Na quinta e última parte, pede-se ao entrevistado que descreva, para cada um dos nove arquétipos: o que você desenhou ou representou; o que simboliza esse elemento; onde ele está localizado (nome da rua, nome do lugar); e qual a sua função (positiva ou negativa). Esses dois últimos procedimentos dão origem a uma tabela-questionário (ver exemplo na Figura 8) e a um mapa, que recebem uma mesma numeração para identificar cada um dos entrevistados. A sobreposição resultante dos mapas das entrevistas gera uma base representativa do território (Figura 9).

Segundo a metodologia proposta por Rocha-Pitta (1998), não se aplica à pesquisa nenhum recorte prévio de perfil social dos participantes. No estudo em questão, a única condição de inclusão foi ter 18 anos ou mais e residir na área há pelo menos cinco anos. Embora a pesquisa se volte para um público situado territorialmente, seu objetivo não é delimitar um perfil social específico,

² A realização das entrevistas seguiu um projeto aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFPE. Projeto aprovado em 1º de julho de 2024, parecer: 6.921.959.

³ O relato dessa experiência metodológica está apresentado em Leite, Teti e Pitta (2021).

mas reconhecer, na multiplicidade dos sujeitos, representações simbólicas e coletivas do território vivido. Assim, foram realizadas 25 entrevistas⁴, distribuídas entre 8 homens e 17 mulheres.

Preencha essa tabela de acordo com seus desenhos:
Na coluna A, escreva o que você representou, o que é seu desenho.
Na coluna B, escreva o que esse elemento significa para você.
Na coluna C, escreva onde você desenhou cada um dos elementos.

	A Representação	B Significado	C Local	D Conotação
Queda		Queda da muito e diversidade na arquitectura urbana	ESQUINA DA AFONSO OLINDENSE	⊖
Espada		UFC - Prática de esporte que está em alta	Praca Rintas Darmázis em Luta / Boxe	⊖
Refúgio		PAZ; MOMENTO DE CONEXÃO;	Igreja Católica	⊕
Monstro		Ameaças e furores	arquitectura da Afonso Olindense	⊖
Cíclico		Distinção da Europa e roda gigante	RUA DA IGREJA; CAMPO DO BANCO; RUA DA FEIRA;	⊕
Personagem		uso personagem temático que influencia os MILK SHAKES	MILK SHAKE na Av. Buenos Aires	⊕
Água		fogão de rio xis; moradores próximos ao rio	Rio Capibaribe	⊖
Animal		Alívio dos animais (canais, cachorros, gatos, etc)	terrace da Varzea	⊖
Fogo		AMOR PELA PRAÇA DA VARZEA; cidade com o lugar; ele; não fogão de rio; quadras	Praca da Varzea	⊕

Nota: Há uma seta apontando para a linha 'Água' com o texto 'Bela obra quando chove e inundada'.

Figura 8. Tabela com as repostas resultantes de uma das entrevistas
Fonte: Acervo da pesquisa.
Elaborado pela autora com participação dos estudantes integrantes da pesquisa, 2024.

Entre os homens entrevistados, 7 encontravam-se na faixa etária de 60 a 80 anos, enquanto 1 tinha 18 anos. De modo geral, o público distribuiu-se entre

⁴ O número de entrevistas foi pré-definido por cálculo de amostragem a partir do número de moradores da área de estudo, mas se confirmou mediante a identificação da repetição dos conteúdos levantados nas respostas.

18 e 80 anos, sendo 32% dos participantes situados na faixa de 18 a 40 anos, 24% na faixa de 40 a 60 anos e 44% na faixa de 60 a 80 anos. A presença expressiva de entrevistados com mais de 60 anos, associada à condição de moradores do bairro, contribuiu para que mais de 75% dos participantes tivessem mais de 10 anos de vivência no território, com uma média de 35 anos de residência no lugar.

Cada participante foi abordado individualmente, sendo convidado a desenhar os nove arquétipos do ATL-9 no mapa previamente elaborado da área de estudo. Em seguida, foram feitas as perguntas do questionário, com vistas a levantar e registrar em uma tabela os símbolos e significados conferidos a cada um dos nove arquétipos pelos entrevistados⁵.

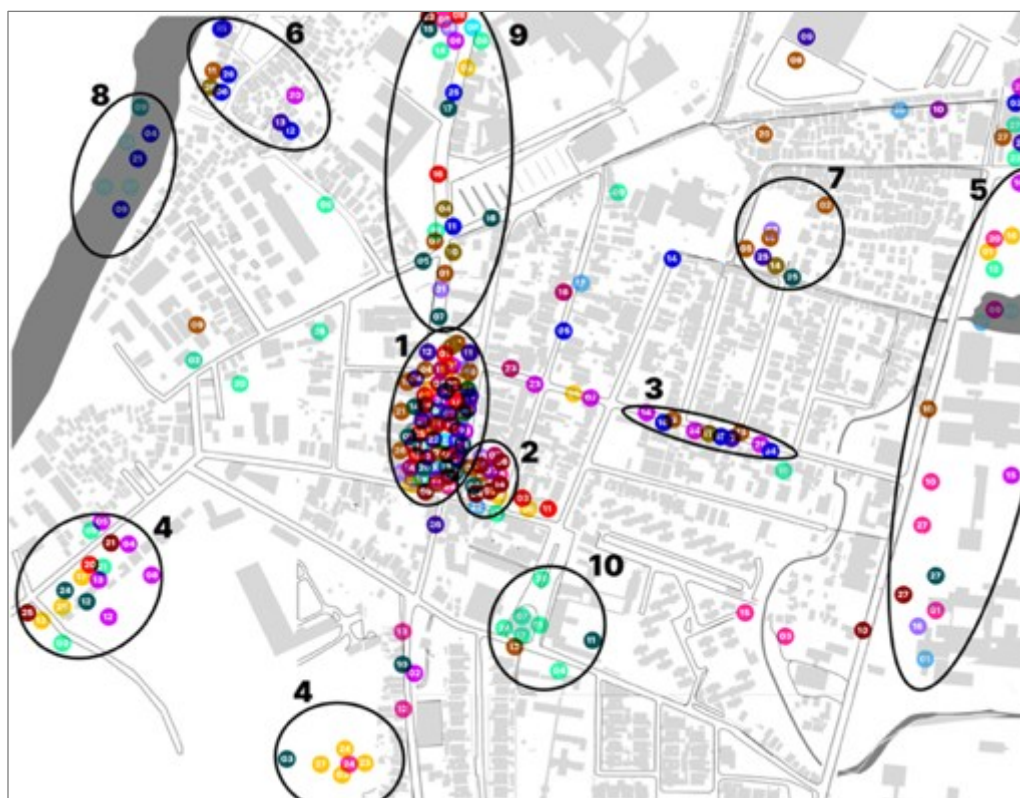


Figura 9. Mapa síntese dos lugares revelados pelas entrevistas como os de maior carga simbólica no bairro da Várzea.

Fonte: Acervo da pesquisa. Elaborado pela autora com participação dos estudantes integrantes da pesquisa, 2024.

O experimento de campo permitiu verificar que os diferentes procedimentos adotados contribuíram para construir uma compreensão ampliada do território, articulando sua materialidade físico-espacial às formas pelas quais a população o habita, recorda, representa e significa.

Os mapas urbanísticos possibilitaram analisar a distribuição das estruturas espaciais que caracterizam o bairro e sua relação com a poligonal de

⁵ Parte dos resultados da pesquisa aplicada na Praça da Várzea está registrada em Silva, Santos Neto e Oliveira (2024).

preservação definida pela ZEPH. Em alguns casos, observa-se uma convergência entre essas duas dimensões, como ocorre com a própria Praça da Várzea. Entretanto, as cartografias síntese também permitiram identificar elementos cuja relevância patrimonial não se explica apenas por sua inserção na poligonal de preservação.

Essa leitura permitiu reconhecer a importância da delimitação institucional do patrimônio, mas também relativizar seus limites, uma vez que os valores atribuídos ao território não se restringem necessariamente à área formalmente protegida. Esse confronto evidencia, portanto, que os instrumentos oficiais de preservação e as cartografias do imaginário urbano não operam em campos opostos, mas em planos complementares de leitura do território. Além disso, a triangulação metodológica de levantamento e análise de dados contribuiu para localizar e compreender o conjunto dos elementos considerados como patrimoniais, assim como aqueles que ameaçam sua conservação.

As fontes oriundas das redes sociais auxiliaram na identificação de elementos que permanecem ativos na memória coletiva e no imaginário local, marcados por forte dimensão afetiva. Esses registros mostraram-se relevantes não apenas como fontes complementares, mas como indícios das formas contemporâneas de produção, circulação e transmissão da memória urbana, posteriormente confirmadas, tensionadas ou evocadas nas entrevistas com os moradores.

Os registros obtidos por meio do ATL-9 permitiram reconhecer a densidade afetiva e simbólica atribuída a determinados lugares, situações, práticas e referências do território analisado, evidenciando a permanência, na memória dos moradores, de referências desaparecidas ou transformadas na paisagem atual, como o cemitério, a rua da feira, as formações vegetais, os espaços apropriados por práticas culturais tradicionais, além do antigo Casarão da Várzea e da própria praça.

Desse modo, o método contribuiu para deslocar o olhar patrimonial de uma leitura restrita aos bens formalmente reconhecidos para uma compreensão mais ampla do patrimônio, entendido também como experiência vivida, narrada e compartilhada pelos habitantes.

A partir desses procedimentos, foi possível estruturar uma narrativa acerca dos imaginários urbanos do lugar, na qual os bens patrimoniais aparecem não apenas como objetos materiais ou referências históricas, mas como elementos

vivenciados, reconhecidos e afetivamente investidos pela população local. O experimento realizado no bairro da Várzea confirma, assim, a pertinência de uma abordagem capaz de articular a dimensão institucional da preservação às práticas cotidianas, às memórias coletivas e às representações simbólicas do território.

DESENHO DA PROPOSTA METODOLÓGICA

A proposta metodológica apresentada a seguir, embora tenha se delineado a partir da experiência de campo, não corresponde a uma reprodução direta dos procedimentos originalmente concebidos e aplicados na Várzea. Ela incorpora alguns ajustes decorrentes da revisão crítica do que o experimento de campo permitiu realizar, das questões que revelou e dos aspectos que poderiam ser incorporados em novas investigações.

Nesse sentido, a proposta assume um caráter mais refinado e abrangente, podendo ser adaptada a diferentes territórios patrimoniais nos quais se busque compreender, para além da apreensão dos bens oficialmente reconhecidos, os imaginários que sustentam a relação dos habitantes com o lugar.

Chega-se, assim, ao desenho de uma proposta metodológica destinada às áreas urbanas de interesse histórico-cultural, organizada em sete procedimentos descritos a seguir.

1. Caracterização da formação natural e histórico-espacial

Consiste na caracterização do processo de formação físico-espacial da área, mapeando as bases naturais do território – geologia, hidrologia, biomas -, bem como sua formação histórica – lugares de fundação, primeiras ocupações. Essa caracterização também compreende o levantamento da estrutura espacial atual da zona de estudo e das leis incidentes sobre a área (urbanísticas, ambientais, patrimoniais). Esse levantamento deve permitir a identificação dos elementos fundadores da área de estudo, partindo das suas bases histórico-culturais e naturais-geográficas, tendo em vista uma *compreensão do processo de formação* e da atual ocupação físico-espacial do território.

2. Caracterização sociocultural

Consiste no levantamento das dinâmicas socioculturais da área. Essas dinâmicas são analisadas sob dois prismas. O primeiro deles refere-se à

própria constituição da população da área, por meio de estudos já realizados ou dados estatísticos censitários, que revelam seu perfil socioeconômico e sua distribuição. O segundo se estabelece por meio de visitas a campo, registradas em fotografias e cartografias, nos quais se identificam as práticas e os espaços da vida coletiva: manifestações socioculturais, práticas cotidianas (em diversos dias e horários da semana). Trata-se de uma espacialização da vida coletiva, do habitar, dos trajetos, das aglomerações, dos encontros e trocas, mas também dos conflitos e do vazio social. Tem como objeto a identificação dos *lugares do quadro da vida social*, em que se cruzam as práticas e a ocupação social e espacial do recorte de estudo.

3. Identificação dos elementos de representações sociais

Consiste em identificar e mapear aqueles espaços, fatos e manifestações que servem de expressão e representação do lugar e da comunidade e que constituem um meio de interação e identificação para esse grupo. Tratam-se das imagens e narrativas presentes na pintura, na literatura, no cinema, na publicidade, na mídia e nas redes sociais. Esse conjunto de representações permite ao grupo se reconhecer e ser reconhecidos, tal como um traço de distinção, associado às *formas de expressão coletivas*, ao lugar e à sua história.

4. Análise da função simbólica do lugar

Corresponde ao levantamento e à análise da dimensão simbólica do lugar relacionada à arquitetura da cidade e à história do grupo em questão. Na nossa proposta, essa fase decorre da aplicação do método Arquétipo Teste do Lugar com nove elementos (ATL-9), com a combinação de dados levantados por meio de entrevistas e mapeamentos. Estes são organizados em um subconjunto significativo de informações, sintetizadas em cartografias e textos que refletem as formas de apropriação e de representação coletivas do lugar *por parte dos seus habitantes*.

5. Reconhecimento dos bens patrimoniais no imaginário urbano

Compreende a elaboração de experimentos cartográficos em que se reúnem e sintetizam os dados e resultados obtidos nas análises anteriores. Dessa fase resulta uma combinação das camadas que constituem o território de estudo, considerando suas dimensões espaciais (arquitetônicas), sociais, culturais e simbólicas, interpretadas a partir de seu contexto de formação natural e

histórico. Ela tem como objetivo delimitar sub-recortes na área de estudo, caracterizados pela densidade de significados a eles atribuídos. Esses sub-recortes são estabelecidos por meio de seus limites, bordas, fronteiras e zonas de influência – pedaços, trajetos, manchas e circuitos (Magnani, 2002).

A cartografia resultante deve ser confrontada com os instrumentos oficiais de reconhecimento patrimonial, de modo a identificar convergências, complementações e tensões entre os bens formalmente protegidos e aqueles reconhecidos simbolicamente pela população. Esse confronto permite avaliar em que medida a delimitação institucional contempla os valores vividos no território e em que pontos ela poderia ser ampliada, qualificada ou revista a partir das memórias, práticas e representações coletivas dos habitantes.

Essa *cartografia síntese* permite identificar os lugares e as estruturas que carregam intensa carga simbólica, aqueles que são representativos dos valores patrimoniais, que organizam e participam da vida social da comunidade local. Deve acompanhar essa cartografia uma *caracterização simbólica dos lugares* mapeados: que símbolos e significações lhes foram atribuídos pelos moradores; que conotações (positivas ou negativas) eles apresentam; a que sentimentos e memórias coletivos eles estão associados; e se suas qualidades são de sociabilidade ou de insociabilidade. Essa síntese permite a identificação do grau de fruição e apreciação das estruturas espaciais, diante de sua função simbólica, para determinado grupo social, permitindo-nos compreender os fenômenos de apropriação, abandono ou rejeição dessas estruturas.

6. Validação das informações levantadas com a comunidade

Consiste no retorno à comunidade local dos resultados da pesquisa, com apresentação dos lugares e estruturas mais significativos no imaginário urbano do grupo, em linguagem clara e acessível. Pode se dar por meio da exposição de fotos, vídeos, da elaboração de fotomontagens, circulação de folhetos de cordel, cartilhas, história em quadrinhos, entre outros tipos de suporte e comunicação. Esse retorno para a comunidade é uma forma de verificar a validade dos produtos da pesquisa a partir de reações, comentários e sugestões. Ele permite a confirmação ou identificação de inconsistências nos resultados obtidos, permitindo a revisão do produto do estudo: o mapeamento e a caracterização das estruturas de valor patrimonial do lugar, a partir da sua recepção pelos moradores.

7. Elaboração de carta de diretrizes de conservação patrimonial

Refere-se ao produto final do estudo: uma matriz de identificação e interpretação das estruturas que compõem o patrimônio urbano coletivamente partilhado por uma comunidade no imaginário, a partir da qual se elaboram diretrizes de conservação ou de intervenção para valorização e conservação patrimonial. Ainda, essa matriz metodológica pode apoiar a concepção de políticas patrimoniais que considerem as referências culturais dos participantes enquanto fonte de conhecimentos para além daqueles produzidos pelos agentes responsáveis pela formulação dos projetos e das leis.

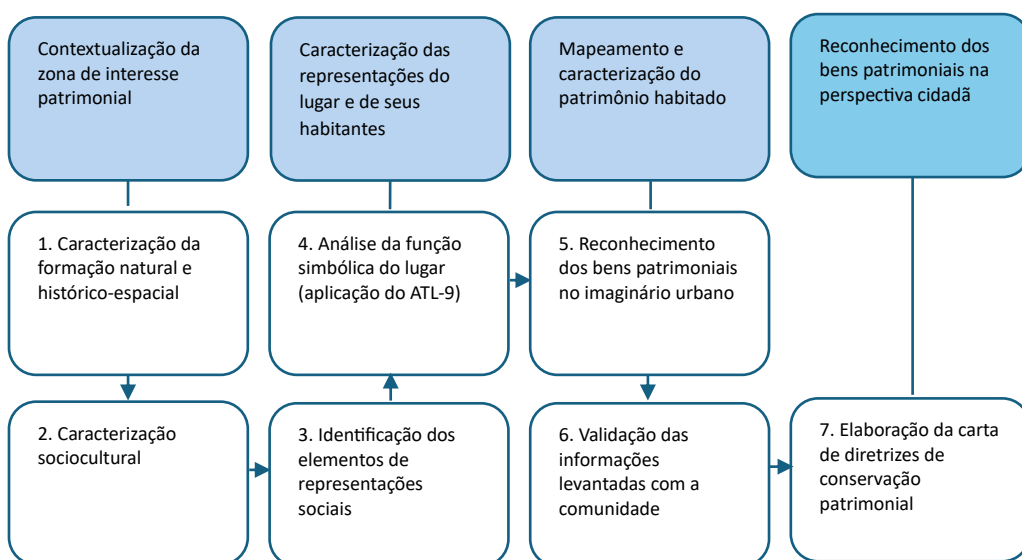


Figura 10. Quadro síntese dos procedimentos metodológicos
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Observa-se, no desenho da proposta metodológica (Figura 10), uma ênfase mais explícita na compreensão do território a partir de seu processo de formação, considerando não apenas sua constituição histórica e urbana, mas também suas bases físico-naturais. A incorporação de aspectos como relevo, hidrografia, elementos vegetais e condições ambientais permite compreender dimensões que participam da conformação do território. Desse modo, a proposta amplia o debate patrimonial ao articular as dimensões histórico-culturais da preservação às estruturas naturais e ambientais que também sustentam a experiência e a memória dos lugares.

Outro aspecto relevante corresponde ao reconhecimento dos bens patrimoniais no imaginário urbano a partir de diferentes escalas ou recortes da área de estudo, conforme indicado no procedimento 5. Nesse contexto, limites, bordas, fronteiras e zonas de influência deixam de ser compreendidos apenas como delimitações físico-espaciais ou administrativas, passando a ser interpretados também a partir das práticas sociais, dos percursos cotidianos, das formas de

apropriação e do reconhecimento simbólico dos lugares. Do mesmo modo, categorias como pedaços, trajetos, manchas e circuitos aproximam a proposta de uma abordagem antropológica do espaço urbano, permitindo reconhecer como determinadas estruturas patrimoniais são apropriadas, atravessadas, evitadas ou valorizadas pelos habitantes.

Os procedimentos 6 e 7, embora não tenham sido plenamente realizados na experiência de campo desenvolvida na Várzea, mostraram-se pertinentes e necessários ao aprimoramento da proposta metodológica. O procedimento 6 introduz uma etapa de validação junto à comunidade, por meio da qual os resultados preliminares podem ser discutidos, confirmados ou revistos a partir da recepção dos próprios moradores. Já o procedimento 7 organiza esse processo em um produto final, a carta de diretrizes de conservação patrimonial, entendida como síntese interpretativa e operativa do estudo. Essa sequência permite que a proposta avance em direção a um instrumento capaz de subsidiar ações, políticas e intervenções patrimoniais mais sensíveis às referências culturais e simbólicas da população local.

Trata-se de um instrumento metodológico ainda aberto, passível de aprofundamento em experimentações futuras, mas que aponta para uma compreensão ampliada do patrimônio urbano, na qual os bens, lugares e estruturas não são definidos apenas por reconhecimento institucional, mas também pelas formas como são vividos, narrados, apropriados e significados pelos habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu de uma abordagem do patrimônio urbano não apenas como forma física ou objeto de preservação técnica, mas como uma entidade viva, habitada e constantemente ressignificada pelos sujeitos que nela projetam suas memórias e seus afetos. As estruturas patrimoniais revelam-se como suportes de experiências individuais e coletivas, que expressam modos de habitar, processos de identificação, pertencimentos e participação, cuja preservação envolve dimensões simbólicas, políticas e sociais.

Daí a proposta de abordar o patrimônio por meio dos imaginários coletivos, remetendo a um conjunto significativo de imagens acerca do espaço vivido que atua como um dispositivo cognitivo, de conhecimento, que orienta as formas de percepção e de construção de sentido nos territórios da cidade. Por fim, a interpretação dessa camada da cidade – dos imaginários urbanos – exige

igualmente uma atenção aos contextos históricos, culturais e ambientais do grupo social que o habita.

Retomando a questão inicial, sobre como integrar os imaginários urbanos nas políticas de conservação, o estudo demonstrou que essa integração é possível, mas sobretudo necessária para preencher a lacuna entre o conhecimento técnico-institucional e o das práticas coletivas do território. O método proposto, ao articular dimensões simbólicas, espaciais e sociais, oferece uma via concreta de mediação entre as formas de saber produzidas pelos especialistas e aquelas inscritas no cotidiano dos habitantes. Essa perspectiva reposiciona o papel do cidadão como coprodutor do valor patrimonial, deslocando o foco da preservação para a *interpretação partilhada* do patrimônio.

Desse modo, o principal produto da pesquisa consiste no desenho de uma proposta metodológica voltada à identificação, interpretação e incorporação dos imaginários urbanos nos processos de reconhecimento e conservação patrimonial. Trata-se, assim, de um conjunto de procedimentos visando acessar camadas de conhecimento que geralmente permanecem à margem dos processos institucionais de gestão patrimonial, abrindo espaço para uma epistemologia inclusiva, fundada nas experiências e representações dos habitantes.

A proposta metodológica aqui delineada, ao centrar-se na integração dos imaginários urbanos, confirma o potencial da abordagem interdisciplinar para o campo da arquitetura e do urbanismo, sobretudo quando se trata de contextos urbanos complexos e socialmente diversos. O método combinou análises físico-espaciais e socioculturais com instrumentos de leitura simbólica, como o ATL-9, o que permitiu compreender o território de experimentação (a ZEPH-07) como um patrimônio habitado, permeado por múltiplas temporalidades, significados e memórias.

Em diálogo com experiências recentes sobre a participação cidadã nas políticas patrimoniais, como as abordadas pelo Ministério da Cultura francês (2022) e pelo dossiê da revista *In Situ* (La participation [...], 2025), observa-se que a integração dos cidadãos nos processos de concepção e decisão ainda é um campo em construção, tanto na França quanto no Brasil. As pesquisas apontam diferentes graus de envolvimento – da consulta pública à co-concepção das políticas –, sugerindo que a efetividade da participação depende da criação de dispositivos metodológicos capazes de dar visibilidade

e legitimidade às experiências locais. A metodologia aqui apresentada contribui para esse debate ao propor um modelo interpretativo replicável, capaz de fortalecer a componente cidadã nas políticas de conservação.

Por fim, a metodologia proposta, embora testada na ZEPH da Praça da Várzea, revela-se aplicável a outros contextos e escalas urbanas, inclusive em estudos comparativos, o que amplia sua pertinência científica e social. Compreender o patrimônio como um sistema simbólico em constante transformação implica reconhecer sua dimensão ecossistêmica: o território é produto de interações entre fatores naturais, culturais e sociais que se entrelaçam na história dos lugares. Preservar o patrimônio, portanto, é também preservar as relações que sustentam o ambiente de vida e o sentido de coletividade. O trabalho reafirma, assim, a importância de construir políticas patrimoniais mais abertas, colaborativas e sensíveis aos imaginários urbanos – capazes de integrar o conhecimento dos cidadãos à ação pública e de promover formas mais justas e dinâmicas de conservação patrimonial.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo apoio concedido ao projeto de pesquisa (APQ-1126-6.05/22). À Fondation Maison des Sciences de l'Homme (FMSH), pelo recurso obtido pelo programa Directeurs d'Études Associées (DEA) 2023 para a realização da pesquisa em acervo. Ao Groupe d'Études et de Recherches Philosophie, Architecture, Urbain (GERPHAU), unidade de pesquisa da École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris-La Villette, instituição que me recebeu na França para pós-doutoramento, em 2025, com uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), número do projeto PDE nº 200042/2025-4. À Manuela Lima da Silva, Paulo Trajano dos Santos Neto e Emmanuel Simões de Oliveira, alunos da graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPE que participaram da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AUGOYARD, J-F. *Pas à pas: essai sur le cheminement quotidien en milieu urbain*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- DE CERTEAU, M. *L'invention du quotidien*. Paris: Gallimard, 1980.
- DPPC – DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) Sítio Histórico de Santo Antônio e São José (ZEPH-10/14): análise das referências culturais e patrimônio cultural imaterial*. Recife. Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Prefeitura da Cidade do Recife, 2020. 163 p.

- DOSSE, F. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 27, p. 85-96, 2013.
- DURAND, G. *L'imagination symbolique*. Paris: PUF, 1964.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Trad. Hélder Godinho. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- DURAND, G. *L'imaginaire: essai sur les sciences et la philosophie de l'image*. Paris: Hatier, 1994.
- GATTA, F.; SOTGIA, A. (Ed.) *L'habiter comme patrimoine*. Marseille: Éditions Imbernon, 2020. ISBN 978-2-919230-30-3. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-03358960>>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- GRAVARI-BARBAS, Maria (Ed.) *Habiter le patrimoine: enjeux, approches, vécu*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005. Disponível em: <<http://books.openedition.org/pur/2216>>. Acesso em: 5 nov. 2025. ISBN 9782753526754. DOI: 10.4000/books.pur.2216.
- ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. *The World Heritage List: filling the gaps – an action plan for the future*. Paris: ICOMOS, 2005. (Monuments and Sites, XII).
- KAUFMANN, L.; QUÉRÉ, L. (Ed.) *Les émotions collectives: en quête d'un "objet" impossible*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2020.
- LA PARTICIPATION des citoyens aux politiques patrimoniales. *IN SITU. Revue des patrimoines*, n. 56, 2025. Disponível em: <https://journals.openedition.org/insitu/>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- LEITE, J.; TETI, R.; PITTA, T. Workshop Imaginários Urbanos: um estudo exploratório da função simbólica do espaço. In: ROZESTRATEN, A. (Org.) *Poéticas urbanas: imageria, projeto e precariedade*. São Paulo: Annablume, 2021. p. 77-92.
- LEITE, J. A componente cidadã na conservação do patrimônio histórico e cultural: uma proposta de integração dos imaginários urbanos na conservação patrimonial. In: ROZESTRATEN, A. (Org.) *COLÓQUIO INTERNACIONAL ICHT 2023 – Imaginário: Construir e Habitar a Terra 5*, 2024. Atas do 5º Colóquio Internacional ICHT 2023. São Paulo: FAUUSP, p. 375-384.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11–29, 2002.
- MINISTÈRE DE LA CULTURE – DGPA / DIRI. *Étude relative au bénévolat et à la participation de la société civile aux politiques des patrimoines*. Paris: Ministère de la Culture, 2022. Disponível em: <https://www.culture.gouv.fr/espace-documentation/rapports/Etude-relative-au-benevolat-et-a-la-participation-de-la-societe-civile-aux-politiques-des-patrimoines>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Trad. Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- NORBERG-SCHULZ, C. [1976] O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K. (Org.) *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965–1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 449-458.
- RAUTENBERG, M. *L'imaginaire patrimonial: figures de l'urbanité contemporaine*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2024.
- RECIFE. Lei nº 16.176, de 9 de abril de 1996. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na cidade do Recife e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Recife*, Recife, 10 abr. 1996.

RECIFE. Bairro do Recife | ZEPH-09. Declaração de Significância Cultural, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1IIC_AD8ELOr9xusHP8vEYySiz6uhJA_c. Acesso em: 12 nov. 2025.

ROCHA-PITTA, D., Adaptação do Teste AT-9 (Yves Durand) à Arquitetura: para uma arquitetura sensível, *Revista Antropológicas*, vol. 10, p. 185-186, 1998.

SANSOT, P. *Poétique de la ville*. Paris: Klincksieck, 1973.

SILVA, M. L.; SANTOS NETO, P. T.; OLIVEIRA, E. S. Imaginário, cultura e identidade: uma busca pela memória da Praça da Várzea. In: DUARTE, C. R. S.; SANTANA, E. P. (Org.) *CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AMBIÊNCIAS 5 – Explorações Sensíveis, Ambiências em um Mundo em Transformação*. Sensory explorations ambiances in a changing world volume 2. International Ambiances Network, 2024. p. 237-238.

SMITH, L. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021.

TIXIER, N. Récits du lieu / lieu des récits. In: GATTA, F.; SOTGIA, A. (Ed.) *L'habiter comme patrimoine*. Marseille: Imbernon, 2020. ISBN 978-2-919230-30-3. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02492469>>. Acesso em: 5 nov. 2025.

TUAN, Y-F. *Space and place: the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

Julieta Maria de Vasconcelos Leite: Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutora em Sociologia pela Université Paris Cité, Sorbonne, Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

Texto recebido em: 13/03/2026

Texto aprovado em: 10/06/2026